

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 9 DE FEVEREIRO DE 2015

NÚMERO 6.784

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Sílvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**BLOCO FRENTE RENOVÇÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

COMISSÃO DE FINANÇAS
E TRIBUTAÇÃO

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA

COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E POLÍTICA RURAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO

COMISSÃO DE PESCA
E AQUICULTURA

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA

COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO

COMISSÃO DE TURISMO
E MEIO AMBIENTE

COMISSÃO DE SAÚDE

COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL

COMISSÃO DE PREVENÇÃO
E COMBATE ÀS DROGAS

DIRETORIA LEGISLATIVA**Coordenadoria de Publicação:**

Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenadora em exercício:

Nereu Bahia Spinola Bittencourt

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora: Rita de Cassia Costa

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES**Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:**

Responsável pela impressão.

Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE



Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV
NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 104ª Sessão Ordinária realizada em 13/11/2014..... 2

Atos da Mesa

Atos da Mesa DL 7

Atos da Mesa 7

Publicações Diversas

Aviso de Licitação 10

Mensagem Governamental 10

Portarias 12

PLENÁRIO

ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cocalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha aqui na Assembleia, também pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital.

Tenho, hoje, vários assuntos anotados para falarmos. Eu vejo que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro poderia ter mudado uma celeuma que o Brasil inteiro está falando, que é a condenação daquela agente de trânsito, que parou numa blitz da Lei Seca um cidadão.

Todo motorista é motorista, seja ele deputado, seja ele operário, seja ele qualquer pessoa que esteja no volante. E a agente de trânsito parou

aquele condutor que não tinha os documentos do veículo, não tinha a Carteira de Habilitação. Então, o veículo foi apreendido, e ele tentou dar, como se diz, um carteirinho, e a agente de trânsito disse que ele era igual a todos e que ele não era Deus aqui. Mas infelizmente ela acabou sendo condenada por abalos morais. Um absurdo!

O Tribunal, atendendo a esse recurso, poderia ter resolvido essa questão, mas manteve a decisão da condenação, o que qualquer cidadão com o mínimo de entendimento reconhece que é um absurdo.

Se queremos um país melhor no trânsito, melhor no cumprimento das leis, com respeito, temos que dar o exemplo.

Então, foi um mau exemplo daquele cidadão, daquele ocupante do cargo de juiz de Direito e do Tribunal mantendo essa condenação, o que é um absurdo.

Houve pelas redes sociais uma arrecadação, pois a condenação são R\$ 5 mil. E a arrecadação pelas redes sociais já tinha alcançado R\$ 27 mil. Então, vemos que a própria sociedade entende que é injusto e não quer deixar aquela agente de trânsito pagar.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Maurício Eskudlark, quero parabenizá-lo por trazer esse assunto à tribuna da nossa Assembleia. Faço coro ao seu pronunciamento, dizendo que como policiais, no caso, eu praça da Polícia Militar e v.exa. delegado da Polícia Civil, sabemos muito bem o que

significa isso no trabalho e no cotidiano do serviço de segurança pública, quando em determinadas circunstâncias alguém tenta fugir à legislação, alguém tenta ser mais do que os outros.

Um dos nossos princípios constitucionais vigentes no nosso país e em toda democracia é que todos são iguais perante a lei. E é um absurdo que algumas autoridades, às vezes, neste caso um juiz, pretenda ser diferente dos outros, arrogando-se à possibilidade de conduzir um veículo automotor, um carro, sem documentação e ele próprio sem a habilitação e ainda assim se sentir ofendido.

Ele se sentiu ofendido ao invés de a sociedade se ofender e de ele se sentir envergonhado pela sua postura, pela sua atitude. Ele se sentiu ofendido porque a agente de trânsito apenas disse que ele não era Deus. E o mais incrível, como v.exa. registra, é o fato de que outros juízes, inclusive o Tribunal, aceitaram a versão dele, a ofensa que ele em tese teria sofrido como real, como efetivo. A impressão que dá é que de fato foi uma ofensa de afirmar que ele não era Deus. Acaso o é? Ai passamos a ficar em dúvida, porque ali, no calor do momento, uma atitude emocionada, ou não tanto racionalizada, da pessoa, do ser humano, do juiz que estava lá, até é compreensível. Mas outros juízes manter a punição e uma condenação à agente de trânsito, porque tinha dito para um juiz que ele não era Deus? A impressão que fica é que de fato, pelo menos, boa parte deles pensa que é.

Para instituímos uma República efetivamente neste país precisamos que nenhuma autoridade se sinta Deus, que os humanos sejam apenas humanos, que as autoridades sejam apenas auto-

ridades e em primeiro lugar sejam as cumpridoras da lei.

Parabéns por ter trazido esse assunto.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. Nós sabemos que a formação dos policiais é para tratar com respeito o cidadão.

Então, agora, deputado, quando abordarem um cidadão, em vez de pedir os documentos, perguntem, primeiro, por favor, se é parlamentar, se é juiz. Acho que tem que ser assim, diante do que aconteceu com essa agente e trânsito.

Somos todos iguais, mesmo ocupando qualquer cargo, qualquer função, e temos que ser tratados com igualdade perante a lei.

Senhores deputados, recebi a presença do Conseg dos Ingleses e toda sua liderança.

O Conseg é o Conselho de Segurança do município, do bairro, da comunidade, que foi incentivado pelo governo a ser criado. Foram criados mais de 370 Consags em Santa Catarina, para uma forma de diálogo com o cidadão, fazendo uma reunião mensal na comunidade, com a participação dos representantes da segurança pública, da prefeitura municipal, da Polícia Civil, da Polícia Militar, para resolverem os problemas de segurança.

Muitas vezes o problema de segurança não é um problema só da existência da criminalidade. Temos casos de que uma praça mal iluminada, uma rua mal iluminada, propicia a reunião muitas vezes de pessoas que possam praticar atos criminosos, uso de drogas. E se melhorarem a iluminação pública de uma determinada rua, de uma determinada praça, com certeza ali não haverá a presença de marginais.

Mas vejo que os Consags estão um pouco esquecidos. E é importante que eles sejam reacquecidos, reanimados a participarem, para que a sociedade dê a sua cota de participação, as suas informações, para a melhora da segurança pública.

Sempre defendemos a polícia comunitária, com a presença dos mesmos policiais fazendo a ronda nos mesmos bairros, com o objetivo de uma integração entre segurança pública e cidadão. Não podemos fazer dois desconhecidos se encontrarem ali. Temos que criar um clima de conhecimento, de respeito e de participação para a população.

Vejo que o novo comandante da Polícia Militar, coronel Cabral, melhorou muito isso, colocou policiais nas ruas, nos bairros, na comunidade. Então, há esse diálogo, há essa interação. E isso melhora muito a segurança pública.

O Conseg e as lideranças dos Ingleses solicitaram a instalação da Delegacia da Mulher, no norte da Ilha. O atendimento especializado à mulher é importante. E as Delegacias da Mulher contam com uma estrutura de psicólogos, de assistentes sociais.

Vi na propaganda eleitoral presidencial a presidente falando na criação da Casa da Mulher, que é uma casa de apoio, porque, muitas vezes, a mulher vítima de agressão não tem para onde ir. É agredida em casa, vai fazer o registro na Delegacia e depois tem que voltar para a sua casa e para a convivência onde foi agredida. Então, vejo que esse atendimento especializado à mulher deve ser olhado com carinho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência agradece a presença dos alunos e também dos professores da Escola de Ensino Básico Paulo Blasi, da cidade de Campos Novos, Santa Catarina.

Os alunos que estão aqui são alunos da 2ª Série do Ensino Médio Inovadores.

Sejam bem-vindos a esta Casa e que a presença de vocês possa ser de grande valia às suas vidas. E tomara que alguns de vocês, daqui a um futuro muito breve, possam também ocupar estas cadeiras.

Muito obrigado aos professores e aos alunos da Escola Paulo Blasi, da cidade de Campos Novos, Santa Catarina.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

O meu primeiro assunto trata de mais uma realização, em São Bento do Sul, da Feistock, que está sendo realizada há dez anos, sendo esta a 21ª edição, com muito sucesso, deputado Reno Caramori.

Houve uma organização de entidades empresariais, entre associações empresariais, sindicatos, CDLs dos municípios de São Bento do Sul, Campo Alegre, Rio Negrinho, Mafra e outros que aderiram a esse evento que está mais uma vez acontecendo em São Bento do Sul, no pavilhão da PromoSul. E a organizadora é a TBS-Feiras&Eventos.

Portanto, numa época difícil, o setor moveleiro daquela região organizou, então, a primeira feira para atender a lojistas e também ao consumidor direto. Iniciou, cresceu, tanto é que hoje ela está oportunizando a venda para as empresas, dando uma oportunidade aos lojistas, àqueles que adquirem seus produtos por um preço muito compatível com a realidade, uma vez que os descontos são extraordinários em determinados produtos, chegando até 70%, principalmente no setor moveleiro. Mas também é multissetorial, portanto, há outros produtos nessa feira.

Ela se consolidou de tal maneira que existe hoje uma clientela se repetindo e ampliando. Além de gerar oportunidade para as empresas, para os lojistas, quem está conseguindo ter um ganho maior é o próprio consumidor final, porque tem um preço mais compatível com a nossa realidade de mercado. Ao mesmo tempo, fortalece este evento o próprio turismo de negócio, uma vez que quem está agregando ou quem está ganhando, em outras palavras, são os próprios hotéis, os restaurantes, postos de gasolina e assim por diante. Portanto, é um evento que temos que destacar, que está somando muito para a nossa região.

Quero parabenizar todas as entidades, a TBS que é a organizadora, todos os fornecedores, os clientes e, acima de tudo, os que estão lá prestigiando, que vêm de vários estados.

Sr. presidente, lendo na grande mídia destaque para jornais de grande circulação e também na televisão, chamou-me muito atenção uma matéria que está circulando sobre a situação do governo federal, no que diz respeito à falta de cumprimento da meta fiscal, ou seja, da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto ao cumprimento do déficit.

Quando essa lei foi criada, na oportunidade eu era prefeito em São Bento do Sul, deputado Reno Caramori. Ela veio exatamente para não permitir que as prefeituras, os estados e a própria união desrespeitassem o limite para gasto com pessoal, custeio, enfim, para que o gasto no final do exercício não fosse maior do que a receita. E aqueles municípios que não cumprirem essas metas serão penalizados junto ao Tribunal de Contas, perante a própria lei, por outras instituições, pela própria Câmara de Vereadores, que é fiscalizadora.

Essa lei está valendo apenas para os municípios e para os estados? E o que está acontecendo com o governo federal? Eis que o Brasil está com R\$ 43 bilhões de déficit no ano 2013.

Essa lei foi aprovada pelo Congresso Nacional, para resolver em parte o grande problema do Brasil, que sempre foi gastar mais do que arrecada. E gastando mais do que arrecada é evidente que existe uma dívida interna crescente. Mas do que adianta fazer a lei, deputado Antônio Aguiar, se ela não é respeitada?

Como vamos aceitar, como vamos defender uma lei federal que não é respeitada pelo próprio governo? Então, é uma lei que só vale para os pequenos, para os municípios, para os prefeitos, para os estados? A lei tem que ser respeitada inicialmente, para dar exemplo, onde foi criada, que é o governo federal.

Isso nos remete a uma situação que quem vai pagar a conta é a própria população brasileira. Mais que isso, perdemos espaços junto às instituições internacionais que avaliam a nossa posição no *ranking financeiro* de controle de gastos, portanto, podemos ter pontuações e vamos perdendo espaço, credibilidade, junto ao sistema financeiro internacional, o que é ruim para o Brasil.

Diante disso, o governo tem que tomar medidas urgentes, concretas, de reestabelecer o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque se começar a usar artifícios para justificar os gastos, alterando a própria lei, de nada adiantou todos esses anos os esforços que foram assumidos por todos que administraram prefeituras, estados, se o maior exemplo que deve vir de cima não está sendo cumprido e respeitado.

É importante que o Congresso Nacional esteja atento para não alterar essa legislação apenas

pelo descumprimento da lei pelo atual governo, que poderá comprometer futuramente outros governos, o próprio Brasil e a população brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, em exercício, deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, ontem, usei esta tribuna para alertar sobre o câncer de próstata, portanto, homens acima de 50 anos se cuidem e, mais um recado, façam os exames e cuidem da sua saúde. Hoje, quero me ater sobre outro problema relacionado à saúde, que se comemora amanhã, que é a doença diabetes.

(Passa a ler.)

"A maioria das cidades catarinenses desenvolve essa semana atividades de esclarecimento à população sobre a prevenção ao diabetes e sobre os cuidados necessários que as pessoas acometidas por essa doença precisam ter. O diabetes atinge 6% da população feminina e mais de 5% da população masculina.

Nessa sexta-feira, dia Mundial do Diabetes, concentram-se ações realizadas por organizações da sociedade civil, nos municípios, em nosso estado, inclusive com o apoio do ministério da Saúde.

O Dia Mundial do Diabetes foi criado em 1991, pela Federação Internacional do Diabetes, em parceria com a Organização Mundial da Saúde, como uma resposta ao crescente número de casos em todo mundo.

O objetivo dessa data é chamar atenção no que diz respeito ao acesso à prevenção e tratamento adequado, a fim de evitar complicações, melhorando a qualidade de vida e reduzindo o impacto sobre os indivíduos, famílias e custos para os sistemas de saúde e para a sociedade em geral.

A data de 14 de novembro foi escolhida devido ao nascimento de Frederick Banting, que junto com Charles Best, foi o cientista que descobriu a insulina, em 1921. O símbolo do Dia Mundial do Diabetes é um círculo azul, já que, em muitas culturas, o círculo simboliza a vida e a saúde. A cor azul representa o céu que une todas as nações e simboliza a comunidade internacional do diabetes.

O foco das campanhas está na necessidade de educação sobre diabetes e o incentivo às ações de prevenção. No entanto, também é necessária a conscientização quanto à prevenção, tratamento e melhora da qualidade de vida dos diabéticos.

Diabetes *Mellitus* é uma doença do metabolismo da glicose, causada pela falta ou má absorção da insulina, hormônio produzido pelo pâncreas, cuja função é quebrar as moléculas de glicose para transformá-las em energia, a fim de que seja aproveitada por todas as células. A ausência total ou parcial desse hormônio interfere não só na queima do açúcar como na sua transformação em outras substâncias, ou seja, em proteínas, músculos e gordura.

Não se trata de doença única, mas de um conjunto de doenças com uma característica em comum: aumento da concentração de glicose no sangue, provocada por diferentes situações.

Diabetes tipo um é aquela em que o pâncreas produz pouca ou nenhuma insulina e sua instalação ocorre mais na infância e adolescência, fazendo com que a pessoa necessite de aplicação de injeções diárias de insulina.

Diabetes tipo dois tem por característica a resistência das células à ação da insulina. A incidência da doença, em geral, acomete as pessoas depois dos 40 anos de idade.

Diabetes gestacional ocorre durante a gravidez e, na maior parte dos casos, é provocada pelo aumento excessivo de peso da mãe.

E temos a diabetes associada a outras patologias como as pancreatites alcoólicas, uso de certos medicamentos, entre outras causas.

Entre os fatores de risco do diabetes estão a obesidade, inclusive a obesidade infantil, os fatores hereditários, ou seja, maior cuidado para quem tem histórico da doença em família, a falta de atividade física regular, a hipertensão, os elevados níveis de colesterol e triglicérides, o uso de alguns medicamentos, como os à base de cortisona, o

estresse emocional e a idade acima dos 40 anos, para o diabetes tipo dois.

O tratamento do diabetes exige, por isso, além do acompanhamento médico especializado, cuidados de uma equipe multidisciplinar. Envolve dieta alimentar, que deve ser observada criteriosamente, com cardápio adequado para cada caso e recomenda um programa regular de exercícios físicos que irá ajudar a controlar o nível de açúcar no sangue, que deve ser colocado como prioridade na rotina de vida.

Exige a decisão de não fumar, pois o fumo provoca o estreitamento das artérias e veias, como a diabetes compromete a circulação nos pequenos vasos sanguíneos (retina e rins) e nos grandes vasos (coração e cérebro) fumar pode acelerar o processo e o aparecimento de complicações.

O controle da pressão arterial e dos níveis de colesterol e triglicérides deve ser feito com regularidade.

Os medicamentos à base de cortisona aumentam os níveis de glicose no sangue, razão pela qual as pessoas não devem se automedicar.

O diagnóstico precoce é o primeiro passo para o sucesso do tratamento. Ninguém deve minimizar sintomas da doença e sim procurar logo um serviço de saúde se está urinando demais e sentindo muita sede e muita fome.

O diabetes não pode ser dissociado de outras doenças glandulares. Além da obesidade, outros distúrbios metabólicos como o excesso de cortisona, do hormônio do crescimento ou maior produção de adrenalina pelas suprarrenais podem estar associados ao diabetes.

O tipo um é também chamado de insulino dependente, porque exige o uso de insulina por via injetável para suprir o organismo desse hormônio que deixou de ser produzido pelo pâncreas. A suspensão da medicação pode provocar uma cetoacidose diabética, distúrbio metabólico que pode colocar a vida em risco.

O tipo dois não depende da aplicação de insulina e pode ser controlado por medicamentos ministrados por via oral. A doença descompensada pode levar ao coma hiperosmolar, uma complicação grave que pode ser fatal.

Dieta alimentar equilibrada é fundamental para o controle do diabetes. A orientação de uma nutricionista e o acompanhamento de psicólogos e psiquiatras podem ajudar muito a reduzir o peso e, como consequência, cria a possibilidade de usar doses menores dos remédios.

Atividade física é de extrema importância para reduzir o nível da glicose nos dois tipos de diabetes.

Entre os sintomas da doença podemos identificar alguns como a poliúria - a pessoa urina demais e como isso desidrata, sente muita sede; aumento do apetite; alterações visuais; impotência sexual, infecções fúngicas na pele e nas unhas; feridas, especialmente nos membros inferiores, que demoram a cicatrizar; neuropatias diabéticas provocadas pelo comprometimento das terminações nervosas; distúrbios cardíacos e renais.

Para encerrar, reforço que a diabetes é uma doença silenciosa e devemos cuidar monitorando nossa saúde com testes como a aferição da pressão arterial, teste de hemoglobina glicada e até mesmo o de glicemia capilar.

Prevenir é sempre uma decisão inteligente. Temos que cuidar bem da saúde, para preservar a qualidade de vida.

O tema da campanha da Semana do Diabetes é exatamente Vida Sustentável e Diabetes."

A todos que acompanham esta sessão, desejo muita saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar, que falou sobre um assunto tão importante como o dia de hoje, que é o dia para nós combatermos a doença do diabetes.

Antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito, quero fazer o registro da presença, neste Poder, dos alunos do 5º ano do ensino fundamental da Escola Básica Francisco de Araújo, da cidade de Brusque.

Sejam bem-vindos a esta Casa, galera boa do futuro, pois quando olhamos para vocês podemos

esperar um futuro melhor. E agradeço à professora Suzete, que é a responsável por esta galerinha que nos está visitando hoje.

Sejam todos bem-vindos!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente. Quero cumprimentar v. exa. e os demais deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, especialmente jovens estudantes, visitantes deste Parlamento, na manhã de hoje.

Eu queria fazer uma pequena reflexão acerca do debate trazido a esta tribuna pelo deputado Maurício Eskudlark sobre o episódio da agente de trânsito do Rio de Janeiro que informou para o juiz que ele deveria ter documento de habilitação e documentos do carro e que ele não deu para não precisar ter esses documentos e ela foi condenada, processada e recebeu uma pena em virtude desta expressão, que por certo o juiz considerou desleal da parte da agente de trânsito sair com essa expressão para cima dele.

Mas queria manifestar este fato absurdo e traçar paralelos também da nossa conduta. É evidente que ninguém traz o assunto para cá e busca apresentar esse assunto como se estivéssemos acima do bem e do mal. Não é isso. Não quer dizer que não cometemos erros no trânsito ou que nunca tenhamos cometido erros no trânsito.

É evidente e é improvável que uma pessoa não tenha cometido nenhum erro dirigindo um veículo, deputado Maurício Eskudlark, mas a postura posterior é que define. Eu também já levei multas de trânsito, mas eu as pago. Ao contrário de tentar usar o fato de ser policial eu de ser deputado para me livrar de pagar a multa, fico muito em silêncio justamente para que não saibam que quem cometeu aquela irregularidade de trânsito foi um policial, um deputado.

Eu fiz apenas um recurso de trânsito relativo à multa de trânsito até hoje, e isso foi antes de ser deputado. Eu já era policial e levei a minha primeira multa da minha vida em Joinville, na sua cidade, deputado Kennedy Nunes, naquela sinaleira onde fica a região militar e o Hotel Germânia, num domingo de manhã, naquele silêncio das cidades grandes, com muito poucos veículos circulando e quase nenhuma pessoa. A sinaleira estava aberta e eu passei, só que na outra faixa uma senhora que estava indo ou voltando da missa também estava passando porque não havia quase ninguém na rua e não imaginava que iria passar um carro, mas passou, que era o meu. O sinal estava aberto, mas eu parei porque estava passando justamente uma senhora em cima da faixa para o lado direito, onde eu iria virar, para onde iria me conduzir. Nesse ínterim, até que essa senhora passou, a sinaleira fechou e eu fui multado. Mas fiz o recurso por conta disso, porque achei que a multa era injusta que eu havia parado justamente por medida de cautela, de defesa de outra pessoa. Eu parei e quando entrei o semáforo ainda esta verde, estava aberto, portanto.

Perdi esse recurso e parei de me preocupar com isso. Até menos tempo, e já era deputado, recebi uma multa saindo do viaduto Antonieta de Barros, em direção ao aeroporto. Estava a 88Km por hora. Eu estava acostumado a dirigir carro velho e com esses carros novos da Assembleia, se nós não cuidarmos, eles vão sozinho e passam da velocidade. Mas a velocidade naquele local marca 80Km e eu estava a 88Km por hora e por isso fui multado. Aí o colega me perguntou por que não voltou e falou com eles. Eram policiais militares da Polícia Rodoviária estadual. Eu disse que não iria falar porque eu estava errado e não vou me colocar ao constrangimento nem colocar os meus companheiros de trabalho ao constrangimento se cometi de fato a infração, e paguei a multa.

Mas paguei sem dizer nada, justamente por assimilar que estava errado, e esta é uma necessidade de todo o cidadão, de todo o ser humano, seja ele autoridade ou não, reconhecer o erro e agir conforme determina a lei. Este é o procedimento que se espera, pelo menos na minha avaliação, de todas as pessoas que são flagradas cometendo qualquer transgressão saindo de qualquer regra, inclusive das de trânsito, que ela reconheça o erro e imediatamente busque corrigi-lo. Isso é o que se espera, para isso que existe a legislação e a fiscalização.

Essa postura que precisa ser tomada e não se comportar como o dono da lei, o senhor do bem e do mal, que pode ficar isento de certas responsabilidades, as quais os cidadãos, a maioria da população não está isenta e também não deve estar isenta porque senão não teremos sociedade organizada, não teremos estado, não precisaremos de nenhuma das instituições do estado se não for para que as regras, as leis, o conjunto jurídico estabelecido seja respeitado.

As pessoas nos procuram como se o deputado fosse tirar a multa. Falam de que a multa é muito pesada, que a multa é grande. Eu já dei resposta do tipo "Queres que eu ajude? Vamos fazer uma vaquinha para ajudar você a pagar a multa, mas não vou ligar para ninguém buscando mudar um fato que você mesmo reconhece que errou. Se não errou faz o recurso, e aí tem as instâncias. E se errou, tem que pagar a multa, não tem jeito. Então, o negócio é reunir dez amigos para ajudar a pagar a multa." Daí a pessoa ficou constrangida e foi embora. Mas esse tipo de sentimento existe na cultura popular, infelizmente, ou seja, de pessoas ligarem, até usarem o nome dizendo que é amigo do deputado Soares, e a maioria dos policiais são meus amigos.

Então, é constrangedor. E quando acontece isso eu digo que não tem absolutamente ninguém da minha parte, não importa quem seja, que esteja autorizado a dar cartelação, pelo contrário, se agir assim, faça com rigor o necessário, procure o rigor e procure todos os aspectos da lei, porque não é isso que a gente diz para ninguém, não é esse o comportamento que a gente acha que seja o adequado.

Nós defendemos uma sociedade de direito, onde o direito seja igual para todos. Precisamos ter mais direitos na sociedade, especialmente para os setores populares e as classes trabalhadoras, mas existem as regras que estão estabelecidas, e elas precisam ser cumpridas em todos os sentidos.

Falando em multa de trânsito e regra de trânsito, existem operações da Polícia Federal aqui por Santa Catarina que estão olhando isso também.

Existe a legislação e as regras, existem as formas e os mecanismos. Por que cada semáforo tem que multar? O semáforo virou autoridade neste país? Uma máquina, um sensor, virou autoridade de trânsito neste país? E não estou dizendo que não cumpre com a sua função em casos específicos. Mas a pergunta que fica, em virtude das operações da Polícia Federal, aqui e acolá, e dizem que isso está bem espalhado, existe também interesse em arrecadação e, além da arrecadação, indústria da multa, existem outros interesses ainda mais escusos para o país?

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Nobre deputado, ouvindo v. exa., lembrei-me que um dos deputados desta Casa foi acordado, pela madrugada. Era um cabo eleitoral pedindo para que ele falasse com o tenente da blitz, porque ele teria sido pego sem carteira de motorista. E daí esse deputado que faz parte desta Casa, ao atender ao telefone disse: "Deixe-me falar com o tenente aí". O cabo eleitoral passou o telefone para o tenente, e o deputado disse: "Tenente, cumpra a lei e prenda o camarada".

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente. Muito bom-dia aos srs. deputados, às sras. deputadas, a quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital.

Também ocupo este horário destinado ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores, para fazer realmente algumas considerações na questão da segurança pública. Antes, porém, não posso deixar de registrar nesta Casa, sr. presidente, a visita de crianças da minha cidade de Blumenau, que se fazem presentes neste plenário, eis que vieram visitar esta Casa de leis. Mas tenho certeza de que também, num grupo de estudos, visitarão outros locais da capital do estado de Santa Catarina.

Sejam todos bem-vindos.

O meu tema como já falava, sr. presidente, é sobre segurança pública. E ouvi atentamente o deputado Maurício Eskudlark e o deputado Sargento

Amauri Soares abordarem a questão daquela agente de trânsito, na cidade do Rio de Janeiro, onde aquele juiz quer burlar a lei e ainda deu voz de prisão para uma agente de trânsito que estava exercendo o seu papel. É um absurdo!

Nós como legisladores e o Judiciário como executor das leis temos que dar um bom exemplo à nossa comunidade e cumprir a lei. A lei tem que ser cumprida, não importa quem seja. Tanto as pessoas mais simples quanto as que têm a responsabilidade de executar as leis têm que cumprir a lei.

É lamentável que isso tenha acontecido. E deve acontecer muito, infelizmente.

Queremos cobrar dos outros, então, temos que dar, sempre, o bom exemplo. E o tema segurança pública é uma constante nesta Casa. Inclusive, até a semana que vem teremos uma reunião da comissão de Segurança Pública. E vamos trazer o depoimento de uma pessoa que também vem aqui pedir auxílio a esta Casa de Leis, à comissão, a qual ouviremos atentamente.

No nosso estado temos sequestros relâmpagos, assassinatos. Isso faz parte diariamente das páginas dos jornais, dos noticiários de rádio e televisão, e a população cobra mais atenção do Executivo, do governo do estado de Santa Catarina, cobra mais ações permanentes, pois quer mais segurança. Estamos vivendo um estado de insegurança. Estamos vivendo prisioneiros dentro das nossas residências. E isso tem que mudar, com algumas práticas e algumas políticas.

Por isso, quero hoje me ater a um dos programas federais que têm tudo a ver com a segurança pública, mas também tem a ver diretamente com a saúde e a paz social, porque almejamos garantir a segurança das crianças, das nossas famílias.

Estão aqui alunos e professores da Escola Básica Vidal Ramos, de Blumenau, do 5º ano. E segurança pública é um tema que eles debatem e cobram de nós, parlamentares, prefeitos, governadores, vereadores.

Esse programa ao qual me refiro contemplou Blumenau no dia 10 de novembro.

(Passa a ler.)

"Foi lançado no ano de 2011 o Programa Crack é Possível Vencer, que é um conjunto de propostas financiadas pelo governo federal para enfrentar o crack e outras drogas no âmbito do nosso país, em todos os estados e municípios, com um investimento inicial na ordem quatro bilhões.

O programa é executado com articulação dos estados, municípios, além da participação da sociedade civil, porque não adianta nenhum programa somente para uma parcela, não só para o governo federal, não só para o estado, não só para o município, pois a sociedade civil tem que fazer parte também dessa discussão.

A iniciativa tem como objetivo aumentar a oferta de tratamento de saúde e de atenção aos usuários de drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar as atividades de prevenção. Ele é coordenado pelo ministério da Justiça. E suas ações contam com a participação dos ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da Casa Civil e da secretaria de Direitos Humanos.

O Programa Crack é Possível Vencer está sendo considerado um marco no enfrentamento desse mal que afeta um grande número de famílias brasileiras. Quem está nas nossas penitenciárias e nos nossos presídios é uma maioria de jovens, 80%. São jovens e são usuários e traficantes de drogas. Os pequenos, porque os grandes a Polícia não pega.

A abrangência desse programa está baseada em três pilares. Primeiramente o cuidado, segundo a prevenção e terceiro a autoridade.

O pilar de prevenção está estruturado em três bases: escola, comunidade e comunicação com a população.

O Programa de Prevenção ao Uso de Drogas na Escola tem a proposta de capacitar 210 mil educadores e 3.300 policiais militares do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), para a prevenção do uso de drogas em 42 mil escolas públicas do todo país.

Já o programa de prevenção na comunidade prevê capacitação de milhares de líderes comunitários, como aquela mãe, aquele pai, aquele presidente da associação de moradores, aquele líder da igreja. Haverá também a realização de campanhas específicas para informar, orientar e prevenir a

população sobre o uso do crack e de outras drogas. Inclusive, foi criado o serviço de atendimento telefônico gratuito de orientação e informação sobre drogas, Vivavoz (132), para facilitar o acesso do cidadão. Além disso, o portal Enfrentando o Crack reúne as informações sobre o tema que todos tememos, todos receamos, mas temos que enfrentar.

A formação de profissionais nas áreas de saúde, assistência social e segurança, através de instituições de ensino superior, é outra ação em curso. Esta é a prevenção.

O segundo pilar desse programa é o cuidado que se dá na área da Saúde. O programa prevê a estruturação da rede de cuidados Conte Com a Gente, que auxilia os dependentes químicos e seus familiares na superação do vício e na reinserção social. Todo momento tem uma mãe desesperada na nossa frente, querendo saber onde pode internar o filho, a filha, porque infelizmente está usando drogas.

Então, esse programa também prevê o cuidado que vão ter nos hospitais, consultórios, recursos para internação do dependente químico.

O dependente químico se torna outra pessoa quando faz uso da droga. A família quer um local para desintoxicação, um local para tratamento, que não existia em Santa Catarina, mas com esses recursos do governo federal temos condições de atender a esse dependente químico na desintoxicação e tratamento, para que possa retornar à sociedade. Esse é o cuidado, o cuidado com a família e o cuidado com o indivíduo.

Também temos outro pilar, que é a auto-riedade, que são ações de inteligência e investigação para identificar e prender os traficantes, bem como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas, que é o grande mal da sociedade.

Aquele que leva na porta da escola, aquele que leva na porta de casa, aquele que pega as crianças e os adolescentes, as pessoas mais fragilizadas, num determinado ponto da sua vida, que se viciam. Quem experimenta uma vez pode ficar viciado na primeira vez, por isso o cuidado com a criança é importante, para que ela não se vicie, para que possa ter uma vida feliz e digna e ser um adulto melhor.

O programa prevê o policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas, onde serão instaladas câmeras de videomonitoramento fixo. Os recursos federais são repassados aos estados por meio de convênios. O objetivo é prestar atendimento a pessoas que trabalham, residem ou circulam no local. Além disso, Blumenau foi beneficiado com carros que vão fazer o policiamento, e, pasmem, senhores, não está identificado na essência deste programa o pacto entre o governo federal, o estado e o município.

Eu só lamento que no município de Blumenau os veículos entregues no último dia dez estavam com a marca, deputado Valdir Cobalchini, do governo do estado, do governo do município e da prefeitura municipal de Blumenau, mas quem pagou isso foi o governo federal. E o governo federal não tem essas marcas.

Então, é bom, deputado Neodi Saretta, nosso líder, dizer que os recursos que vêm para o estado de Santa Catarina são recursos federais. E neste programa Crack Nem Pensar são recursos federais. E no município de Blumenau esses carros foram entregues sem a logomarca também dessa parceria do governo federal, do governo do estado e do município.

Pergunto por que não dar crédito quando eles são de direito. Esse é um programa federal em parceria, então, tem que ter também as identificações de todos os parceiros, o governo federal, o governo estadual e o governo municipal.

Tenho certeza de que com este programa, se for executado de uma forma onde haja a responsabilidade de todos os entes, vamos vencer o problema do crack no estado de Santa Catarina."

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, usaremos o horário do nosso partido, o Partido Progressista, para prestar homenagem a um órgão de comunicação que tanto respeitamos, porque o conhecemos bem, que é o Correio Lageano, do município de Lages.

(Passa a ler.)

"Hoje o *Correio Lageano* completa 75 anos de história.

Com mais de 16 mil edições o *Correio Lageano* registra a história da serra catarinense. São centenas de milhares de páginas que se confundem com acontecimentos marcantes, catástrofes, acidentes, perdas, mas principalmente vitórias e conquistas determinantes para o crescimento socioeconômico da região.

Essa relação histórica do *Correio Lageano* com a serra catarinense é incontestável. Basta ler os textos e observar as imagens editadas em suas páginas para relembra fatos marcantes, situações que contribuíram para modificar o cotidiano de quem vive em Lages, na região, no estado e até no país.

Quando se lê as páginas do *Correio Lageano*, ou acessa o conteúdo na *internet*, o leitor é contemplado com mais que simplesmente notícias. Está lendo o segundo jornal diário mais antigo em circulação e um dos principais jornais regionais de Santa Catarina. São matérias embasadas na solidez e credibilidade conquistadas ao logo de sete décadas.

Por mais polêmicos que sejam, os assuntos são tratados com seriedade, pesquisados e investigados à exaustão, para que o leitor tenha em mãos informações concisas e imparciais, em quantidade suficiente para formar sua opinião. São matérias que elogiam, mas que também denunciam, cobram soluções para problemas sociais e de infraestrutura necessária ao desenvolvimento socioeconômico da serra catarinense. O nosso trabalho não se perde com o tempo, está registrado com vários matizes em nossas páginas.

Como nasceu o *Correio Lageano*? Num cenário nacional e mundial conturbado e de muitas mudanças, sob a ditadura de Vargas e com a Europa vivendo os primeiros lances da II Guerra Mundial. Lages era o centro político catarinense, graças principalmente às ações da família Ramos. Então, três amigos decidiram lançar um jornal. Assim, Almiro Lustosa Teixeira de Freitas, Idalécio Arruda e João Ribas Ramos adquiriram o maquinário pertencente ao antigo Correio de Lages. E, em 21 de outubro de 1939, nasce o *Correio Lageano*.

Durante 12 anos o *Correio Lageano* circulou semanalmente, quando em 1951, quatro idealistas assumiram o compromisso de oferecer ao público um veículo 'independente e noticioso'. José Paschoal Baggio, Evilásio Neri Caon, Edézio Neri Caon e Sirth de Aquino Nicoletti definiram nesse mesmo ano uma nova missão: O *Correio Lageano*, enquanto estiver sob nossa orientação, será um órgão livre, independente, sem subordinação a organizações de qualquer espécie. (...)"

Naquela época os partidos políticos tentavam sempre monopolizar os meios de comunicação.

(Continua lendo.)

"Endereçamo-nos sempre aos anseios do povo, quer das classes produtoras, quer das classes trabalhadoras, humildes e de todas as categorias profissionais.

Em 1955, o *Correio Lageano* passou a ter duas edições por semana, um grande marco para a imprensa local, pois até então todos os jornais que circulavam em Lages apresentavam edições semanais. Onze anos após a inovação promovida pela equipe chefiada por José Paschoal Baggio, o jornal passou a ser distribuído três vezes por semana. Este foi o ensaio para um desafio ainda maior: tomar o *Correio Lageano* um jornal com circulação diária, o que aconteceu em 08 de outubro de 1967.

O *Correio Lageano* sempre defendeu os interesses da serra catarinense. Esse comprometimento é maior quando o ramo de atuação é a comunicação. E sabemos que o *Correio Lageano* sempre defendeu em suas matérias e editoriais os interesses comuns da população da serra catarinense. Destaque para dois assuntos considerados nossas bandeiras: primeiramente, o aeroporto que estava sendo construído em Lages, mas que não havia uma progressão no seu desenvolvimento.

Portanto, o *Correio Lageano* teve um papel importantíssimo para a construção e oficialização do aeroporto de Lages. Hoje, temos outro aeroporto, o de Correia Pinto, mas o atual aeroporto de Lages continua operando, inclusive com melhorias que foram feitas, deputado Valdir Cobalchini, talvez, pela secretaria Regional de Lages, com autorização do governo do estado, através da secretaria de Infraestrutura.

Posteriormente, quanto à BR-282, uma batalha de décadas, tivemos a oportunidade de acompanhar a briga do *Correio Lageano* por essa rodovia, até porque a empresa a que pertença fazia a linha numa estrada de chão com percurso terrível, perigoso pelas curvas e pela situação das estradas. E o *Correio Lageano* teve um papel primordial na insistência junto aos órgãos estaduais e federais para que a BR-282 fosse concluída. Felizmente vimos a conclusão da BR-282, deputado presidente, quando na época o então governador Wilson Kleinübing, numa negociação com o governo federal, concluiu a BR-282 no trecho que ainda faltava.

Portanto, temos orgulho de aqui registrar que hoje o *Correio Lageano*, possui as seguintes características:

Razão social: Baggio Editora Jornalística Ltda; Periodicidade: diário; Fundador: José Paschoal Baggio; Diretor(a): Isabel C. Baggio; Fundação: 21 de outubro de 1939; Sede: Lages, SC.

Esse é o registro e meus cumprimentos aos lageanos que têm orgulho deste órgão de comunicação da qualidade do *Correio Lageano*."

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Reno Caramori.

Esta Presidência gostaria de lembrar que hoje, às 20h, na cidade de Lages, haverá uma sessão solene para comemorar os 75 anos do *Correio Lageano*.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, queria fazer um registro muito pessoal e fraterno, pois temos em nosso plenário a visita do meu professor Zulmar Martins, da 6ª série, da Escola Estadual Rosa Torres de Miranda.

Eu me lembro, falava com ele, de que a memória mais antiga que tenho de política foi justamente com ele, quando houve a votação Dante de Oliveira. Acompanhamos através do radinho da escola, e ele chorava com a derrota da emenda. Tenho certeza, professor, de que grande parte do que sou se deve ao seu trabalho, ao que o senhor é e ao que o senhor nos ensinou.

Estou fazendo o registro da presença do professor Zulmar Martins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, seja bem-vindo a esta Casa.

Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, aproveitando o horário do partido também gostaria de registrar, pois tenho passado quase que diariamente na área da Santur, em Balneário Camboriú, onde o governo fez todas as correções, deputada Dirce Heiderscheidt, para a construção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú. É um pleito daquela comunidade que se arrasta há vários governos, e o governador Raimundo Colombo determinou ações para que efetivamente aquela obra venha a acontecer.

É uma obra que terá 17 mil metros de área coberta na primeira etapa. Isso tem investimento na ordem de R\$ 70 milhões do governo federal, do governo do estado e também do governo municipal que deve investir mais de R\$ 10 milhões em obras de contorno, de infraestrutura.

Então, é uma obra importante para o turismo de Balneário Camboriú, para o turismo catarinense. A cidade tem uma capacidade hoteleira muito grande, mas infelizmente, deputado Reno Caramori, não tem um centro de eventos à altura do município. Temos grandes centros de eventos de hotéis para reuniões, para convenções, mas não temos um centro de eventos do município, do estado, da população, para que possa ser utilizado. O parque da Santur, até

um tempo atrás, era um grande local para eventos, mas não do tamanho, da proporção que Balneário Camboriú precisa e merece.

Então, passo ali e vejo que a primeira etapa foi a demolição daquela estrutura existia da Santur, e logo teremos o início das obras do centro de eventos.

Conversava esta semana com o vereador Pedro Francez, falando também de segurança pública, e os Conselhos de Balneário Camboriú estão pedindo uma audiência com o secretário César Augusto Grubba, da Segurança Pública, pois com a aproximação do verão há uma preocupação local de saber o que está sendo planejado, preparado, em termos de segurança pública para a temporada e, claro, que a segurança pública está ali já durante o ano se preparando para os grandes eventos, para as festas de outubro e também para a Operação Veraneio. Assim, as entidades, os Conselhos, o FCDL, enfim, todas elas querem transmitir aos seus associados que realmente há essa preocupação do estado,

Então, sempre participamos, debatemos com o amigo Tigrão, no canal 100, pois ele é quem dá a divulgação, faz o debate e transmite as informações à população, assim como as outras emissoras e canais de rádio e de televisão. Mas temos duas prioridades importantes, como eu disse: a construção do centro de eventos de Balneário Camboriú e a preocupação sempre com a segurança, com o reforço, com as operações especiais da Operação Veraneio.

Então, esse era o nosso registro. E quero dizer que o governo do estado tem, sim, investido muito em segurança pública. O governador Raimundo Colombo tem dado as condições para que a Segurança faça a sua parte e que dê aos catarinenses uma segurança de acordo com o que o cidadão merece.

Sr. presidente, vou encerrar porque o deputado Valdir Cobalchini tem boas notícias também em termos de infraestrutura no estado de Santa Catarina; então, vamos ouvi-lo.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Valdir Cobalchini, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLBACHINI - Sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, srs. deputados, senhores e senhoras que nos acompanham pela TVAL, que nos ouvem pela Rádio Digital, deputado Maurício Eskudlark, amigo, deputado por toda Santa Catarina, mas que tem uma identidade muito forte com o nosso oeste e extremo oeste do nosso estado.

Como secretário que fui de Infraestrutura, iniciamos um relacionamento com o governo federal, no sentido de que aquelas rodovias cujos traçados eram de rodovias federais, parte federal, parte estadual... Porque na omissão do governo federal o estado acabou pavimentando alguns trechos. Refiro-me à BR-163, de Dionísio Cerqueira a São Miguel d'Oeste. De São Miguel d'Oeste a Itapiranga a BR-163 é estadual. No entanto o traçado é o mesmo. E o estado pavimentou esses quase 70 quilômetros em virtude da omissão do governo federal, assim como em relação a outros trechos, por exemplo, da BR-280, presidente Kennedy Nunes, de Canoinhas a Porto União, quando o estado pavimentou um traçado federal. Mas especialmente nessas duas conduzimos todo o processo de federalização. E o primeiro trecho de Canoinhas a Porto União, ainda no ano passado, concluímos, e este ano o estado transferiu o patrimônio, federalizando então esse trecho, garantindo também já a inclusão no orçamento deste ano para a revitalização da rodovia.

Quero aqui registrar as boas parcerias do DNIT, reclamada pela deputada Ana Paula Lima. E quero ser justo. O DNIT, através de todos os seus diretores, tem sido muito atencioso em relação a esses pleitos do governo do estado. E a revitalização da BR-280, entre Canoinhas e Porto União, já se encontra praticamente concluída, faltando apenas a ampliação da rodovia, cujo projeto foi doado pela secretaria de Infraestrutura, prevendo a construção de terceiras faixas, de intercessões, de alargamento dos acostamentos, enfim, obedecendo ao padrão de uma rodovia federal.

Eu quero comemorar aqui a portaria publicada pelo ministro Paulo Sérgio Passos, que federaliza a BR-163. É uma conquista de todo o extremo oeste de Santa Catarina, uma rodovia que liga o norte com o sul do Brasil, prevendo inclusive a construção de uma ponte sobre o Rio Uruguai, em Itapiranga, unindo assim com o estado do Rio Grande do Sul. Esse processo já caminha para a sua conclusão. E a secretaria de Infraestrutura, através do Deinfra, promoverá o inventário do patrimônio dessa rodovia, para transferir, então, esse patrimônio ao governo federal, através do DNIT. E a partir daí o DNIT assume e inclui entre essa malha viária como integrante da malha viária federal. Inclusive com o projeto de restauração e de ampliação de capacidade dessa rodovia, que foi executado pela secretaria de Infraestrutura.

Quero aqui reconhecer o esforço de todos, inclusive de todos os partidos que em muitas oportunidades ou estiveram na secretaria de Infraestrutura, ou estiveram aqui na superintendência do DNIT, ou mesmo em Brasília, contatando o ministro dos Transportes. O que faz com que finalmente caminhos para a sua conclusão.

Assim sendo, queremos reconhecer a importância de todos aqueles que se mobilizaram no sentido de que esse trecho também tenha, a exemplo do que vem recebendo a BR-163, de São Miguel a Dionísio Cerqueira, as melhorias que se exigem, até porque é uma rodovia com muitas curvas, com o acostamento reduzido e condição do pavimento insatisfatória.

Por isso, quero aqui me integrar à bancada oestina, no sentido de nos mobilizarmos para a inclusão no orçamento da União, já para 2015, dos recursos para revitalizar, para ampliar a rodovia e também para a construção da ponte sobre o Rio Uruguai, unindo Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. Parece-me ser uma providência, e esta Casa tem que se esforçar para garantir os recursos no orçamento de 2015.

O SR. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Ouço v.exa., pois sei também da sua luta em favor da federalização dessa rodovia, pelos inúmeros contatos que já tivemos ainda quando secretário de Infraestrutura. E sei que mesmo a partir daí v.exa. tem mantido muitos contatos aqui no DNIT e em Brasília.

O SR. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pelo empenho na concretização desse projeto que é muito importante para a região. Nós tivemos, esta semana, uma audiência da Ameosc, presidida pelo prefeito Sérgio Theisen, de São João do Oeste, pronunciando-se também sobre aquela questão da ponte internacional da BR-282, que encurta o caminho à Foz do Iguaçu. E o turismo argentino vai entrar em grande parte pelo município de Paraíso e não por Dionísio Cerqueira. E pelo empenho agora de nos incorporarmos para que rapidamente o Deinfra possa fazer esse inventário e a passagem dessas informações ao DNIT, para que efetivamente seja recebido e o governo federal faça os projetos para a recuperação da malha viária e também esse projeto tão importante, que é o da ponte em Itapiranga, ligando o Rio Grande do Sul a Santa Catarina.

Na reunião foi falado no interesse por questões até de segurança, sobre o qual até a Polícia Rodoviária Federal tem parecer favorável da federalização do trajeto Itapiranga, Mondai e Palmitos, Chapecó até Concórdia inclusive, no sentido de que aquela rodovia passasse para o governo federal. Como a maior parte dos nossos tributos acabam indo para o governo federal, é mais justo que ele, que tem as condições, venha a fazer esses investimentos. E agora vejo que, cada vez mais, o empenho de v.exa. é importante para a concretização desse objetivo.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Penso que na próxima semana poderíamos ter uma reunião no Deinfra e secretaria da Infraestrutura, no sentido de apressarmos esse inventário. É uma comissão que deve ser constituída por portaria do próprio ministro, entre o estado e o governo federal, ou seja, a secretaria da Infraestrutura e o DNIT farão o inventário para que se comece, então, os trabalhos e ao final a passagem de todo esse patrimônio ao governo federal.

Quero também fazer referência à BR-283, quando também como secretário da Infraestrutura nós formalizamos o pedido de federalização da BR-283 a partir de Concórdia, lá na BR-153 até Itapiranga, parte

dela já pavimentada, de Concórdia até Mondai, faltando apenas a pavimentação de Mondai a Itapiranga. E como v.exa. fez referência, o governo federal, obviamente, através do ministério dos Transportes e do DNIT, dispõe de muito mais recursos do que o estado de Santa Catarina, até mesmo em relação à manutenção da malha viária.

Estamos fazendo um projeto de revitalização e de ampliação de todo o trecho, a partir de Concórdia até a BR-158, lá em Palmitos. Esse projeto foi contratado pelo governo do estado. E o pleito da federalização, parece-me, que agora está com uma sinalização positiva do governo federal, do DNIT. E nas oportunidades em que eu lá estive parece-me que também a bancada do oeste e do meio-oeste passam a integrar-se no sentido dessa mobilização visando a melhoria da infraestrutura de uma região que produz muito, mas que infelizmente tem uma malha viária muito aquém daquilo que se exige de uma região que produz cerca de 40% do PIB da agroindústria de Santa Catarina.

Em função da nossa geografia, a malha viária apresenta muitas curvas, e como não há acostamentos, ocorrem muitos acidentes, com pessoas perdendo suas vidas. Há um tráfego intenso de caminhões pesados que diariamente transitam nessas rodovias.

Por isso se faz muito importante esses investimentos. O governo do estado não tem condições de fazer, então é importante que façamos essa mobilização junto ao governo federal.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0007/2014.

A comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0405/2014.

A comissão de Prevenção e Combate às Drogas apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0577/2014, 0632/2014, 0633/2014 e 0653/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0019/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0076/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0238/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0287/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s 0450/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0415/2014, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares e 0452/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s 0824/2014, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0825/2014, 0826/2014 e 0827/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Moção de autoria da deputada Ana Paula Lima a ser enviada ao governador do estado, ao secretário de Educação e ao procurador geral de Justiça do Ministério Públicos Estadual, apelando pela liberação de recursos financeiros para as obras de reforma e reconstrução da Escola Erwin Radke, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação n. 0061/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao fechamento da Escola de Ensino Médio Alberto Bauer, na cidade de Jaraguá do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação n. 0062/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Agricultura e Pesca, solicitando informações referentes ao prazo de conclusão das obras de construção das 184 cisternas de 500 mil litros previstas pelo Pacto Santa Catarina, bem como o motivo do não recebimento das mesmas por alguns agricultores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu havia solicitado um espaço nesta sessão para a fala de um representante de um grupo de salva-vidas, mas infelizmente ele adoeceu e faremos a remarcação para outro dia, porque se trata de uma pauta importante para a segurança dos turistas e dos catarinenses durante o verão no litoral de Santa Catarina. Trarão esse debate em outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Pediria que v.exa. fizesse a remarcação porque é um assunto muito importante. São os representantes da Associação de Salvamento Aquático de Santa Catarina, que virão aqui para se manifestar sobre as condições de trabalho dos guarda-vidas neste estado.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos em Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em Lages, em homenagem ao Correio Lageano.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 001-DL, de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONVOCA o cidadão Luiz Fernando Cardoso, 1º Suplente da Coligação PSD, DEM, PMDB e PRB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento da Deputada Ada De Luca, indicada para o cargo de Secretária de Estado da Justiça e Cidadania.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 3 de fevereiro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

Deputado Mario Marcondes - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 002-DL, de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONVOCA o cidadão Carlos Fernando Coruja Agustini, 2º Suplente da Coligação PSD, DEM, PMDB e PRB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Moacir Sopelsa, indicado para o cargo de Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 3 de fevereiro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

Deputado Mario Marcondes - 4º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 092, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 63, VII, do Regimento Interno e, em atendimento ao disposto nos arts. 2º, inciso I e 3º da Resolução nº 202, de 07 de março de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Senhor Deputado **ROMILDO TITON** para exercer as funções de Presidente da Escola do Legislativo "Deputado Lício Mauro da Silveira", a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 093, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

NOMEAR CECILIA BIESDORF THIESEN, matrícula nº 717, para exercer o cargo de provimento em comissão de Procurador - Geral Adjunto, código PL/DAS-8, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de fevereiro de 2015 (MD - Procuradoria).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 094, de 9 de fevereiro de 2015

Autoriza o Diretor-Geral em caráter excepcional, a praticar atos administrativos relativos às despesas da Assembleia Legislativa

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da Alesc,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o Diretor-Geral, em caráter excepcional em razão da liminar concedida nos autos da Ação Popular nº 023.11.040193-2, em trâmite na 3ª Vara da Fazenda da Comarca da Capital, a praticar os seguintes atos administrativos:

I - ordenar as despesas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 2 de fevereiro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 096, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da Alesc,

RESOLVE:

CONSTITUIR Comissão Especial, integrada pelos servidores **SALOMÃO ANTONIO RIBAS JUNIOR**, matrícula nº 7792, Procurador-Geral, **CARLOS ALBERTO DE LIMA SOUZA**, matrícula 2186, Diretor Geral, **ANTONIO ZOMER**, matrícula nº 7733, Secretário Parlamentar da Presidência, **LEOBERTO BREGUE DANIEL**, matrícula nº 6330, Técnico Legislativo, Presidente do SINDALESC, **IZAULO LUIZ PEREIRA**, matrícula nº 2091, Técnico Legislativo, Presidente da AFALESC, todos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para no prazo de até 30 (trinta) dias, sob a coordenação do primeiro, analisar e propor soluções para instalar a área administrativa desta ALESC.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 097, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **AMILTON DE ARAUJO SOARES**, matrícula nº 704, da função de Chefia de Seção - Tramitação e Elaboração da Ordem do Dia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2015 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 098, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

DESIGNAR o servidor **AMILTON DE ARAÚJO SOARES**, matrícula nº 704, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer Chefia de Seção - Protocolo e Registro de Proposições, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2015 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 099, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **DANIELE DE MIRANDA SILVA**, matrícula nº 7209, da função Assessoria Técnica Administrativa - Elaboração da Ordem do Dia, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2015 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 100, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

DESIGNAR a servidora **DANIELE DE MIRANDA SILVA**, matrícula nº 7209, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer Chefia de Seção - Tramitação e Elaboração da Ordem do Dia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2015 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 101, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **DIRCE LUCIA PIANO**, matrícula nº 1990, da Chefia de Seção - Protocolo e Registro de Proposições, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2015 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 102, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **LINO JOSE DAMIANI DESTRO**, matrícula nº 2957, da função de Assessoria técnica-parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 103, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

NOMEAR os servidores abaixo relacionados nos respectivos cargos comissionados do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015.

DA - Diretoria Administrativa

Cargo	Código	Nome	Matrícula
Coordenador de Licitações e Contratos	PL/DAS-6	LORNARTE SPERLING VELOSO	4608
Coordenador de Recursos Materiais	PL/DAS-6	JULIANA TANCREDO GALLOTTI	5090
Coordenador de Serviços Técnicos	PL/DAS-6	MIRIAN LOPES PEREIRA	3547
Coordenador de Transportes	PL/DAS-6	ZULMAR HERMOGENES SAIBRO	1257
Coordenador de Serviços Gerais	PL/DAS-6	CLAUDIA VALIM CARDOSO	7618

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 104, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **ANA JULIA BIESDORF THIESEN**, matrícula nº 7187, da função de Assessoria técnica-administrativa - Suporte Agente de Atividades, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 10 de fevereiro de 2015 (CGP - Coordenadoria de Eventos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 105, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

DESIGNAR a servidora **ANA JULIA BIESDORF THIESEN**, matrícula nº 7187, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Suporte Técnico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 10 de fevereiro de 2015 (DTI - Coordenadoria de Informações).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 106, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **EDILSO PAULO RANZAN**, matrícula nº 7621, da função de Assessoria técnica-parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Marcos Vieira).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 107, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO**, matrícula nº 1608, da função de Chefia de Seção - Controle de Verbas Indenizatórias, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (DF - Coordenadoria do Orçamento Parlamentar).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 108, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

Art. 1º - DESIGNAR o servidor **JOAO ROBERTO PIO**, matrícula nº 1175, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer a função de Chefia de Seção - Controle de Verbas Indenizatórias, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (DF - Coordenadoria do Orçamento Parlamentar).

Art. 2º - Por ter estabilizado a função de confiança, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 109, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO**, matrícula nº 1608, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Serviços de Apoio Técnico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (DF - Coordenadoria do Orçamento Parlamentar).

Art. 2º - Por ter estabilizado a função de confiança, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 110, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

NOMEAR JAIR ANTONIO CORREA para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de **TV**, código PL/ASC-4, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 111, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

NOMEAR ARIANE CRISTINA DORIGATTI, matrícula nº 6968, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor da Diretoria de Comunicação Social, código PL/ASC-2, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 112, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

NOMEAR KARINA MONTEIRO DE ANDRADE para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor da Diretoria de Comunicação Social, código PL/ASC-1, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DCS - Diretoria de Comunicação Social).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 113, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

NOMEAR RAFAEL DA SILVA PAULO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor da Diretoria de Comunicação Social, código PL/ASC-3, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DCS - Coordenadoria de Rádio).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 114, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

NOMEAR CLAUDIA REGINA ALVES, matrícula nº 6393, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor da Diretoria de Comunicação Social, código PL/ASC-1, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Fevereiro de 2015 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 115, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **SANIA BARRETO**, matrícula nº 1598, da função Gerência de Patrimônio, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 05 de fevereiro de 2015 (DA - CRM - Gerência de Patrimônio).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 116, de 9 de fevereiro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

DESIGNAR a servidora **ADRIANA BACK KOERICH**, matrícula nº 5201, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função Gerência de Patrimônio, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 05 de fevereiro de 2015 (DA - CRM - Gerência de Patrimônio).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE OPERADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA E DADOS MÓVEIS, COM FORNECIMENTO DE CHIPS, SMARTPHONES E MODENS EM REGIME DE COMODATO

PERÍODO DE PROTOCOLARIZAÇÃO: 12/02/2015 a 11/03/2015 - **HORA:** das 08:00h às 18:00h.

DATA DA SESSÃO DE AVALIAÇÃO: 12/03/2015 - **HORA:** 09:00h.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 18:00 h do dia 11 de março de 2015. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2015.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 031**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 088/2012, que "Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto (ICMS), dos estabelecimentos que produzam ou comercializem produtos em cuja fabricação tenha havido a utilização de trabalho caracterizado como

forçado ou análogo à escravidão", por ser inconstitucional e contrário o interesse público.

Ouvida, a Procuradoria-Geral do Estado manifestou-se pelo veto ao projeto de lei pela seguinte razão:

"[...]"

Ora, compete exclusivamente à União legislar sobre direito do trabalho, nos termos do inciso I do art. 22 da CF/88. [...]"

"[...]"

Como destaca o Min. Marco Aurélio: 'A inobservância ou limitação à repartição de competências legislativas e materiais implica flagrante desprezo à autonomia política funcional das entidades federativas' (itálico nosso) (ADPF 316 MC-Ref, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 25/09/2014, processo eletrônico dje-325 divulg 28-11-2014 public 01-12-2014).

Há inconstitucionalidade material direta pois a proposta normativa vai contra os parâmetros explícitos da Constituição.

"[...]"

Ouvida, a Secretaria de Estado da Fazenda manifestou-se pelo veto ao projeto de lei pela seguinte razão:

"[...]"

Em segundo lugar, é de interesse da Fazenda Pública que todos os contribuintes estejam inscritos no cadastro de contribuintes do ICMS. O cadastro foi criado para conveniência da Fazenda e não do contribuinte. Constitui obrigação tributária acessória que, conforme § 2º do art. 113 do Código Tributário Nacional (CTN), decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou fiscalização dos tributos. Esse o objetivo do cadastro: a arrecadação e fiscalização de tributos. Não é interessante para a Fazenda estadual que seja convertido em penalidade. [...]"

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levam a vetar o projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2015.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/02/15

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**Informação PROFIS/PGE nº 01/2015
SCC 8425/2014**

Interessado: Secretaria de Estado da Casa Civil

Assunto: Análise do autógrafo do projeto de lei n. 088/2012

Autógrafo do projeto de lei n. 088/2012 que 'Dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do imposto (ICMS), dos estabelecimentos que produzam ou comercializem produtos em, cuja fabricação tenha havido a utilização de trabalho caracterizado como forçado ou análogo à escravidão' - inconstitucionalidade material (inc. I do art. 22 da CF/88) - VETO total.

Senhor Doutor Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal,

A titular da Diretoria de Assuntos Legislativos da Secretaria de Estado da Casa Civil, através do Ofício 4929/SCC-DIAL-GEMAT submete a esta Casa o autógrafo do projeto de lei n. 088/2012 que 'Dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do imposto (ICMS), dos estabelecimentos que produzam ou comercializem produtos em cuja fabricação tenha havido a utilização de trabalho caracterizado como forçado ou análogo à escravidão' (sublinhado nosso), acostando cópia do autógrafo, exclusivamente, afirmando que é de origem parlamentar (vide 'autógrafo' à fl. 03-04).

É o relatório.

Não há como questionar a legitimidade do disciplinamento do tema, o qual é encontrado em algumas Casas Legislativas estaduais, com redação quase idêntica, fruto, ao que parece, de mobilização nacional, tanto que a redução das vítimas a condição análoga à de escravo é crime tipificado no art. 149, caput, do CP.

Ora, compete exclusivamente à União legislar sobre direito do trabalho, nos termos do **inciso 1 do art. 22 da CF/88**. O tema é encontrado no Supremo Tribunal federal, *mutatis mutandis*:

"... 5. Configurada usurpação de iniciativa privativa da União para dispor sobre estabilidade no emprego, matéria específica de legislação do trabalho, prevista no artigo 22, I, da Constituição Federal. 6. Inconstitucionalidade material ...". (ADI 1808, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 18/09/2014, acórdão eletrônico dje-220 divulg 07-11-2014 public 10-11-2014) (italico nosso)

"... O entendimento adotado no acórdão recorrido não diverge da jurisprudência firmada no âmbito deste Supremo Tribunal Federal, no sentido da competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho. Precedentes. A competência constitucional dos Municípios para legislar sobre interesse local não os autoriza a estabelecer normas que veiculem matérias que a própria Constituição atribui à União ou aos Estados...". (ARE 668285 AgR, Relator (a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 27/05/2014, processo eletrônico dje-113 divulg 11-06-2014 public 12-06-2014) (italico nosso)

Como destaca o Min. Marco Aurélio: "A inobservância ou limitação à repartição constitucional de competências legislativas e materiais implica flagrante desprezo à autonomia política e funcional das entidades federativas." (italico nosso) (ADPF 316 MC-Ref, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 25/09/2014, processo eletrônico dje-235 divulg 28-11-2014 public 01-12-2014).

Há inconstitucionalidade material direta pois a proposta normativa vai contra os parâmetros explícitos da Constituição.

Isto posto, diante da inconstitucionalidade material pois invadiu-se competência privativa da União Federal para legislar sobre direito do trabalho, opinamos pelo VETO integral do projeto, fato que pode merecer outro entendimento, S.M.J.

Florianópolis, em 06 de janeiro de 2015.

Rogério De Luca
Procurador do Estado

DESPACHO

Processo SCC 8425/2014

De acordo.

Encaminhe-se o presente processo ao Gabinete do Procurador-Geral do Estado para ciência e demais providências.

Florianópolis, 06 de janeiro de 2015

JULIANO DOSSENA

PROCURADOR -CHEFE DA PROFIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 088/2012. Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto (ICMS), dos estabelecimentos que produzam ou comercializem produtos em cuja fabricação tenha havido a utilização de trabalho caracterizado como forçado ou análogo à escravidão.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC.

De acordo com a recomendação de veto do parecer de fls. 05/06, inclusive por considerar que a lei afronta o artigo 22, I, da CF, que atribui à União a competência privativa para legislar sobre Direito Comercial.

RICARDO DELLA GIUSTINA

Subprocurador-Geral do Contencioso

DESPACHO

01. Acolho o **Parecer n. 029/15** (fls. 05/06) da lavra do Procurador do Estado Dr. Rogério De Luca, referendado à fl. 07 pelo Dr. Juliano Dossena, Procurador-Chefe da PROFIS e com o apontamento do Subprocurador-Geral do Contencioso, Dr. Ricardo Deila Giustina.

02. Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Casa Civil. Florianópolis, 06 de janeiro de 2015.

JOÃO DOS PASSOS MARTINS NETO

Procurador-Geral do Estado

GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Fazenda

À Dra. JOCÉLIA APARECIDA LULEK

PROCURADORA DO ESTADO/Diretora de Assuntos Legislativos

Secretaria de Estado da Casa Civil

Florianópolis/SC

OFÍCIO/GABS nº 008/2015 Florianópolis, 06 de janeiro de 2015.

Ref. Ofício nº 4930/SCC-DIAL-GEMAT/SCC 8426/2014

Senhora Diretora,

Em atenção ao Ofício 4930/SCC-DIAL-GEMAT, esta Secretaria de Estado da Fazenda sugere o veto ao autógrafo do Projeto de Lei nº. 088/2012, por contrariedade ao interesse público, nos termos do PARECER 100/Getri/2014, da Diretoria de Administração Tributária (cópia anexa).

Cordialmente.

Antonio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

GERÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO

PARECER: 100/Getri/2014

REFERÊNCIA: CI 304/2014 da Cojur

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 88/2014

EMENTA: CASSAÇÃO DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DE ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZA OU COMERCIALIZE MERCADORIAS FABRICADAS COM USO DE MÃO-DE-OBRA FORÇADA OU ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA. DIREITOS FUNDAMENTAIS. CONTRARIEDADE AO INTERESSE PÚBLICO. SUGESTÃO DE VETO.

Senhor Gerente,

Cuida-se de autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa, de origem parlamentar, que dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS dos estabelecimentos que produzam ou comercializem produtos em cuja fabricação tenha havido a utilização de trabalho caracterizado como forçado ou análogo à escravidão.

Conforme art. 3º do Autógrafo, a falta de regularidade da inscrição no cadastro de contribuintes inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Por outro lado, o art. 4º dispõe que a cassação da eficácia da inscrição impede os sócios do estabelecimento, pelo prazo de dez anos (i), de exercerem o mesmo ramo de atividades, mesmo que em outro estabelecimento e (ii) a concessão de nova inscrição.

É o relatório.

O objetivo declarado da medida é estabelecer uma punição para os que se beneficiarem do trabalho forçado ou análogo à escravidão. A sanção é aplicada tanto aos que utilizarem mão-de-obra com essas características (produzirem) como os que comercializarem mercadorias assim produzidas.

A sanção é retirar as empresas infratoras do mercado, impedindo-as de comercializar. A sanção atinge também os sócios da empresa. A natureza da sanção é explícita nos termos do art. 3º. Contudo, mesmo que silenciasse a respeito, a cassação da inscrição estadual teria esse efeito, a teor do art. 2º do Anexo 5 do RICMS-SC: "as pessoas físicas ou jurídicas que promoverem operações relativas à circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação estão obrigadas a inscrever no CCICMS todos os seus estabelecimentos localizados no Estado, antes de iniciar suas atividades".

Apesar da louvável intenção do autógrafo, sua transformação em lei traz duas ordens de preocupações:

Em primeiro lugar, levanta a dúvida sobre quem teria competência para acusar e perante quem a utilização de trabalho

forçado ou análogo à escravidão. Principalmente no caso de comercialização de mercadorias produzidas nessas condições, teria de ser provado que o acusado agiu dolosamente, considerando a necessidade de respeitar os princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e da presunção de inocência.

Não é demais lembrar que, nos termos do art. 22, I, da Constituição, compete privativamente à União legislar sobre direito penal. O Estado não tem competência para definir crimes e sua punição.

Em segundo lugar, é de interesse da Fazenda Pública que todos os contribuintes estejam inscritos no cadastro de contribuintes do ICMS. O cadastro foi criado para conveniência da Fazenda e não do contribuinte. Constitui obrigação tributária acessória que, conforme § 2º do art. 113 do Código Tributário Nacional (CTN), decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou fiscalização dos tributos. Esse o objetivo do cadastro: a arrecadação e fiscalização de tributos. Não é interessante para a Fazenda estadual que seja convertido em penalidade.

Na verdade, essa punição ameaça invadir o campo dos direitos fundamentais - protegidos pela cláusula pétrea inserta no § 4º do art. 60 da Lei Maior. Com efeito, o inciso XIII do art. 5º dispõe que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". Trata-se de direito de primeira geração que exige do Estado posição omissiva, não impedindo o exercício de atividade profissional.

Também o parágrafo único do art. 170 assegura a todos "o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei". Os casos previstos em lei não se referem à proibição de exercício de atividade econômica, como punição, mas de exigência de qualificação necessária ao seu exercício.

Em síntese, a perspectiva é de uma lei que não será aplicada, tanto pelas deficiências processuais que suscita como pelas dúvidas em relação aos direitos fundamentais. A pior perspectiva, entretanto, é que alguém tente aplicar a nova lei, provocando grande constrangimento para o Estado, pelos mesmos motivos.

Assim sendo, sugere-se o VETO do projeto, por contrariedade ao interesse público, conforme § 1º do art. 54 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Recomenda-se ainda o encaminhamento do presente à mui douda Procuradoria Geral do Estado, para manifestar-se sobre a constitucionalidade das medidas propostas.

À consideração superior.

Getri, em Florianópolis, 23 de dezembro de 2014.

Velocino Pacheco Filho

AFRE - matr. 184244-7

DE ACORDO. À consideração do Diretor de Administração Tributária.

Geri, em Florianópolis,

Danielle Kristina dos Anjos Neves

Gerente de Tributação

LITNEY N. DA VEIGA

AFRE. MAT. 191402

APROVO o parecer da Gerência de Tributação. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica (Cojur) desta Secretaria de Estado para providências cabíveis.

Diat, em Florianópolis,

Carlos Roberto Molim

Diretor de Administração Tributária

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 088/2012

Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto (ICMS), dos estabelecimentos que produzam ou comercializem produtos em cuja fabricação tenha havido a utilização de trabalho caracterizado como forçado ou análogo à escravidão.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Serã cassada a eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), dos estabelecimentos que produzam ou comercializem produtos em cuja fabricação tenha havido a utilização de trabalho caracterizado como forçado ou análogo à escravidão.

Art. 2º A não conformidade a que se refere o art. 1º desta Lei será apurada na forma prevista em regulamento.

Art. 3º A falta de regularidade da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 4º A cassação da eficácia da inscrição do cadastro de contribuintes do ICMS, prevista no art. 1º desta Lei, implicará aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em conjunto ou separadamente, do estabelecimento penalizado;

I - o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele;

II - a proibição de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa, no ramo de atividade.

Parágrafo único. As restrições previstas nos incisos prevalecerão pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de cassação.

Art. 5º O Poder Executivo divulgará, através do Diário Oficial, a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta Lei, fazendo constar os respectivos Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), nome completo dos sócios e endereços de funcionamento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 17 de dezembro de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, e.e.

Deputado Kennedy Nunes - 1º Secretário

Deputado Manoel Mota - 3º Secretário

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 431, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor RICARDO ANDREI CAPISTRANO, matrícula nº 7294, de PL/GAB-40 para o PL/GAB-54, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 06 de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Serafim Venzon).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 432, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora NADIA MARIA SOUZA, matrícula nº 6682, de PL/GAB-81 para o PL/GAB-80, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 06 de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Serafim Venzon).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 433, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora DEBORAH ESTHER FERREIRA BRAZ, matrícula nº 6683, de PL/GAB-81 para o PL/GAB-80, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 06 de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Serafim Venzon).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 434, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora ANA MARIA LEAL DA VEIGA, matrícula nº 7020, de PL/GAB-59 para o PL/GAB-57, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 06 de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Serafim Venzon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 435, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RAMIRO FERNANDES, matrícula nº 7112, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-64, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Fevereiro de 2015 (MD - 1ª Vice-Presidência - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 436, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FERNANDO SERRATINE GRUBBA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-68, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 437, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR PETERSON CRIPPA DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep João Amin - Laguna).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 438, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **DENNYS PUPO DOS ANJOS**, matrícula nº 6927, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 439, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **EDITH MAFRA SENEN**, matrícula nº 7642, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 440, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA DE LOURDES FUSINATO**

CIRICO, matrícula nº 6606, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-77, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 441, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GREICI SOUZA, matrícula nº 4295, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 442, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EVERALDO GABRIEL DA COSTA, matrícula nº 7295, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider - Catanduvas).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 443, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DOMINGOS ANTONIO BOFF, matrícula nº 5474, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider - Ouro).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 444, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **CRISTIANI LUCHI SILVEIRA**, matrícula nº 1502, na Consultoria Legislativa, a contar de 5 de fevereiro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 445, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **MARIA ELIZABETE MOREIRA**, matrícula nº 2063, na DL - Coordenadoria de Publicação, a contar de 01 de fevereiro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 446, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete da Presidência **JOSETE APARECIDA BARÃO KRAUSER**, servidora do Poder Executivo - Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 2024, de 28 de julho de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 447, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SHEILA MARTINS MICHETTI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-100, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gean Loureiro).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 448, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARLI SALETE CHAVES DE SOUZA**, matrícula nº 6283, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Kennedy Nunes).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 449, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JANAINA SILVEIRA DOS SANTOS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Leonel Pavan).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 450, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GRACYELE ZIESEMER, matrícula nº 3389, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Leonel Pavan).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 451, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CIZUANE PICCININ para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Patricio Destro - Concórdia).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 452, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARIA DE LOURDES FUSINATO CIRICO, matrícula nº 6606, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-71, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Fevereiro de 2015 (MD - 1ª Vice-Presidência - Ibirama).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 453, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARTA RIBEIRO DE SIQUEIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-65, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PMDB - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 454, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LUIZ ANTÔNIO GOULART NUNES para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep João Amin - São Joaquim).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 455, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DÉRIQUE HOHN para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PC do B - Chapecó).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 456, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR PAULO RENATO DE MORAIS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-78, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Natalino Lazare).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 457, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RUBIA MEDEIROS SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Mario Marcondes - Florianópolis).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 458, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ITAMAR SILVEIRA PASSARELA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valduga - Tubarão).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 459, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARLA AMORIM STEIN, matrícula nº 5749, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider - Porto Belo).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 460, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR PATRICIA ROSA E SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt - Biguaçu).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 461, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ELIZABET TARINA DE MATTOS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da

Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Milton Hobus - Santo Amaro da Imperatriz).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 462, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EVERTON DE ALMEIDA FALACIO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Kennedy Nunes - Criciúma).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 463, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor SANTIAGO DE FRANÇA KERSCHER, matrícula nº 6752, de PL/GAB-30 para o PL/GAB-74, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 464, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora SONIA TEREZINHA PRIMON ZENATTI, matrícula nº 7245, de PL/GAB-43 para o PL/GAB-56, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Gelson Merisio).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 465, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

ART. 1º - DESIGNAR o servidor **NEREU BAHIA SPINOLA BITTENCOURT**, matrícula nº 1116, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de DL - Coordenador de Publicação, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ROGER LUIZ SIEWERDT, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de fevereiro de 2015 (DL - Coordenadoria de Publicação).

ART.2º - Por ter estabilizado função de confiança, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 466, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 133, de 2 de fevereiro de 2015, que nomeou o servidor **EDI OSVALDO GONÇALVES**, matrícula nº 7735, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: "... PL/GAB-48 ..."

LEIA-SE: "...PL/GAB-81..."

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 467, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 134, de 2 de fevereiro de 2015, que nomeou o servidor **OSNALDO DA CRUZ JÚNIOR**, matrícula nº 7823, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: "... PL/GAB-48 ..."

LEIA-SE: "...PL/GAB-81..."

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 468, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 298, de 4 de fevereiro de 2015 que **NOMEOU** o servidor **SERGIO LUIZ SEEMANN**, matrícula nº 3275, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: "..., a contar de 1º de fevereiro de 2015."

LEIA-SE: "..., a contar da data de sua posse."

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 469, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome do servidor **SALOMÃO RIBAS JUNIOR**, matrícula nº 7792, nomeado pelo ato da Mesa nº 037, de 02/02/2015, fazendo constar como sendo **SALOMÃO ANTÔNIO RIBAS JUNIOR**.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 470, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome do servidor **VOLNEI MORASTONI**, matrícula nº 2884, nomeado pelo Ato da Mesa nº 039, de 02/02/2015, fazendo constar como sendo **VOLNEI JOSÉ MORASTONI**.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 471, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 5 de fevereiro de 2015.

Gab Dep Gabriel Ribeiro

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7788	FABIO GUSTAVO RAMOS	LAGES

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 472, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 4 de fevereiro de 2015.

Gab Dep Patricio Destro

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7765	DIOGO HENRIQUE OTERO	JOINVILLE

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 473, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 10 de fevereiro de 2015.

Gab Dep Patricio Destro

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7836	JOSUE CIRILO MULLER	JOINVILLE
7839	JOSUE DA SILVA LAURENTINO	JOINVILLE
7838	LEANDRO DE SOUSA	JOINVILLE
7835	MARIA DIEL DE CARVALHO	JOINVILLE
7832	MARILDA BATTISTI	JOINVILLE
7837	SANDRO LUIZ LOPES	JOINVILLE
7833	TANIA REGINA LARSON	JOINVILLE
7834	VERA TEREZINHA FELDENS	JOINVILLE

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 474, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **MAURO SANTOS DE VARGAS**, matrícula nº 6316, na DA - CRM - Gerência de Patrimônio, a contar de 9 de fevereiro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 475, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ANA JULIA BIESDORF THIESEN**, matrícula nº 7187, na Coordenadoria de Informações, a contar de 10 de fevereiro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 476, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete da Presidência **NAZARENO JOSE PROBST**, servidor do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, colocado à disposição na Assembleia Legislativa, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Carlos Alberto de Lima e Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 477, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Ada Faraco De Luca, para o gabinete do Deputado Manoel Mota, a contar de 3 de fevereiro de 2015.

Matrícula	Nome	Nível
4751	JUSCELINO JOSE REIS	PL/GAB-81
5180	ZAIRA FIGUEIREDO SILVESTRE	PL/GAB-66
5181	ANA LUCIA COPPINI	PL/GAB-63
5259	PAULO ROBERTO CORREA DOS SANTOS	PL/GAB-26
5260	JEFERSON GERALDO GARCIA	PL/GAB-79
5643	FABIANO BREGGNE PIRES	PL/GAB-58
6520	JADSON BERTO DA SILVEIRA	PL/GAB-59
7293	VICTORIA LI FRETTE CALDAS	PL/GAB-55
7415	HELIO LUIZ BUNN	PL/GAB-01
7432	MARIANA PIRES DE SOUZA	PL/GAB-24
7466	EDIVALDO MARCOLINO	PL/GAB-23
7564	LUCIANI DA SILVA	PL/GAB-22
7584	RENATA SILVA DE OLIVEIRA	PL/GAB-34
7586	ALESSANDRO SOARES LIMA	PL/GAB-49
7587	JORGE COSTA JUNIOR	PL/GAB-42
7600	MERCEDES PAGANI	PL/GAB-43
7597	FERNANDA RATTAY COELHO	PL/GAB-59
7608	GILMAR ADJAIME MONTEIRO	PL/GAB-49
7696	SERGIO DA ROSA GUIMARÃES	PL/GAB-67
6406	KARINA CANTO BITTENCOURT	PL/GAB-90
7162	MARLI FERNANDES	PL/GAB-34

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 478, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 3 de fevereiro de 2015.

Gab. Dep. Manoel Mota

Matrícula	Nome	Cidade
7586	ALESSANDRO SOARES LIMA	FLORIANÓPOLIS
5181	ANA LUCIA COPPINI	FLORIANÓPOLIS
7466	EDIVALDO MARCOLINO	MORRO DA FUMAÇA
5643	FABIANO BREGGNE PIRES	FLORIANÓPOLIS
7597	FERNANDA RATTAY COELHO	SÃO JOSÉ
7608	GILMAR ADJAIME MONTEIRO	GOVERNADOR CELSO RAMOS
7415	HELIO LUIZ BUNN	LAURO MULLER
6520	JADSON BERTO DA SILVEIRA	FLORIANÓPOLIS
7587	JORGE COSTA JUNIOR	FLORIANÓPOLIS
4751	JUSCELINO JOSE REIS	FLORIANÓPOLIS
6406	KARINA CANTO BITTENCOURT	MORRO DA FUMAÇA
7564	LUCIANI DA SILVA	LAGUNA
7432	MARIANA PIRES DE SOUZA	IMBITUBA
7162	MARLI FERNANDES	CRICIÚMA
7600	MERCEDES PAGANI	TURVO
5259	PAULO ROBERTO CORREA DOS SANTOS	FLORIANÓPOLIS

7584	RENATA SILVA DE OLIVEIRA	LAGUNA
7696	SERGIO DA ROSA GUIMARÃES	PALHOÇA
7293	VICTORIA LI FRETTE CALDAS	TUBARÃO

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 479, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 3 de fevereiro de 2015.

Gab. Dep. Manoel Mota

Matrícula	Nome do Servidor
5260	JEFERSON GERALDO GARCIA
5180	ZAIRA FIGUEIREDO SILVESTRE

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 480, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Moacir Sopelsa, para o gabinete do Deputado Carlos Fernando Coruja Agustini, a contar de 3 de fevereiro de 2015.

Matrícula	Nome	Nível
3417	ANA BERNADETE MACHADO SILVA	PL/GAB-72
2006	MARLENE SALETE FACCIN PEREIRA	PL/GAB-79
4646	WILLIAMS ROBERTO ALBERTI	PL/GAB-74
5732	DOMINGOS GILBERTO MOCELIN	PL/GAB-14
6654	CARMELINDO LEONILDO BORTOLI	PL/GAB-22
6778	CARMEM TEDESCO	PL/GAB-72
6803	WILSON JOSÉ OPOLSKI	PL/GAB-72
7024	ANDREA AGUIAR JACOBUS	PL/GAB-78
7131	JAIR VIEIRA	PL/GAB-22
7307	MARTA BIANCHIN	PL/GAB-22
7428	ALIANE AGUIAR	PL/GAB-69

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 481, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Moacir Sopelsa para o gabinete do Deputado Carlos Fernando Coruja Agustini, a partir de 3 de fevereiro de 2015.

Matrícula	Nome do Servidor
1796	ADEMIR GASSTMAN
1912	LUIZ ALBERTO METZGER JACOBUS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 482, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **LUIZ**

ALBERTO METZGER JACOBUS, matrícula nº 1912, do gabinete do Deputado Moacir Sopelsa para o gabinete do Deputado Carlos Fernando Coruja Agustini, a contar de 3 de fevereiro de 2015.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 483, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 3 de fevereiro de 2015.

Gab. Dep. Carlos Fernando Coruja Agustini

Matrícula	Nome
3417	ANA BERNADETE MACHADO SILVA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 484, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 3 de fevereiro de 2015.

Gab. Dep. Carlos Fernando Coruja Agustini

Matrícula	Nome	Cidade
2006	MARLENE SALETE FACCIN PEREIRA	FLORIANÓPOLIS
4646	WILLIANS ROBERTO ALBERTI	XAXIM
5732	DOMINGOS GILBERTO MOCELIN	SEARA
6654	CARMELINDO LEONILDO BORTOLI	JOAÇABA
6778	CARMEM TEDESCO	MAREMA
6803	WILSON JOSÉ OPOLSKI	BALNEÁRIO CAMBORIU
7024	ANDREA AGUIAR JACOBUS	SÃO JOSÉ
7131	JAIR VIEIRA	FLORIANÓPOLIS
7307	MARTA BIANCHIN	ARVOREDO
7428	ALIANE AGUIAR	SÃO JOSÉ

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 485, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Carlos Chiodini, para o gabinete do Deputado Dalmo Claro de Oliveira, a contar de 3 de fevereiro de 2015.

Matrícula	Nome	Nível
5826	VANIA FRONZA COMPER	PL/GAB-77
6205	VIRLEI EDSON DA COSTA	PL/GAB-95
6208	ALINE MAINARDI	PL/GAB-45
7633	HARLAY JANINE WEEGE BYLAARDT	PL/GAB-48
6637	CRISTINA WILAZINSKI COLLE	PL/GAB-46
6638	CLOVIS DA COSTA	PL/GAB-08
6635	IVO BAEHR	PL/GAB-12
6805	ADMIR EDI DALLA CORT	PL/GAB-48
7002	ANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA	PL/GAB-53

7264	SORAIA DOS SANTOS	PL/GAB-12
7279	CHAIANE BRUNS	PL/GAB-26
7296	JOÃO DENIZ VICK	PL/GAB-48
7320	GILMAR BRESSANI	PL/GAB-18
7321	JACKSON JOSE DE AVILA	PL/GAB-44

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 486, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **PAULO ROBERTO ARENHART**, matrícula nº 1597, do gabinete do Deputado Carlos Chiodini para o gabinete do Deputado Dalmo Claro de Oliveira, a contar de 3 de fevereiro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 487, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Carlos Chiodini para o gabinete do Deputado Dalmo Claro de Oliveira, a partir de 3 de fevereiro de 2015.

Matrícula	Nome do Servidor
1597	PAULO ROBERTO ARENHART
9151	FLAVIA ALTHOF

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 488, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa/Biométrico**, a contar de 3 de fevereiro de 2015.

Gab. Dep. Dalmo Claro de Oliveira

Matrícula	Nome	Cidade
6208	ALINE MAINARDI	JARAGUÁ DO SUL
7002	ANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA	JARAGUÁ DO SUL
7320	GILMAR BRESSANI	JARAGUÁ DO SUL
7321	JACKSON JOSE DE AVILA	JARAGUÁ DO SUL
7296	JOÃO DENIZ VICK	JARAGUÁ DO SUL

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 489, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 3 de fevereiro de 2015.

Gab. Dep. Dalmo Claro de Oliveira

Matrícula	Nome	Cidade
6805	ADMIR EDI DALLA CORT	XAXIM

7279	CHAIANE BRUNS	XAXIM
6638	CLOVIS DA COSTA	JOINVILLE
6637	CRISTINA WILAZINSKI COLLE	JARAGUÁ DO SUL
7633	HARLAY JANINE WEEGE BYLAARDT	GUARAMIRIM
7264	SORAIA DOS SANTOS	PIÇARRAS
5826	VANIA FRONZA COMPER	BALNEÁRIO CAMBORIÚ
6205	VIRLEI EDSON DA COSTA	JOINVILLE

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 490, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 3 de fevereiro de 2015.

Gab. Dep. Dalmo Claro de Oliveira

Matrícula	Nome do Servidor
6635	IVO BAEHR

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 491, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Milton Hobus, para o gabinete do Deputado Luiz Fernando Cardoso, a contar de 10 de fevereiro de 2015.

Matrícula	Nome	Nível
3252	ARNALDO FERREIRA DOS SANTOS JR	PL/GAB-95
4795	RODRIGO DE SOUZA COMIN	PL/GAB-93
4861	MARILDA ANTUNES DA CRUZ SOUZA	PL/GAB-43
6479	LISIANI DEBUS DE MATIAS NAHAS	PL/GAB-43
6578	CAMILA MORTARI	PL/GAB-43
6844	LAIRTO WOLSTEINER	PL/GAB-43
7057	JOSIANE MONTIBELLER	PL/GAB-43
7151	RICARDO PINHEIRO	PL/GAB-55
7218	NABOR JOSE SCHMITZ	PL/GAB-62
7387	DOUCEL FRANCISCO DA SILVA	PL/GAB-33
7806	MARCIONEI ZUCATELLI	PL/GAB-55
7766	ANDERSON ROSSI	PL/GAB-66
7771	FILIPPE MACHADO CASAGRANDE	PL/GAB-60
7803	AMANDA DUZZIONI ULIANO	PL/GAB-60

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 492, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Milton Hobus para o gabinete do Deputado Luiz Fernando Cardoso, a partir de 10 de fevereiro de 2015.

Matrícula	Nome do Servidor
1293	CLAUDIANE BLEYER REMOR BORGHEAN
9112	ALINE PIERINA SCHMIDT

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 493, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 10 de fevereiro de 2015.

Gab. Dep. Luiz Fernando Cardoso

Matrícula	Nome	Cidade
6479	LISIANI DEBUS DE MATIAS NAHAS	BIGUAÇU
6844	LAIRTO WOLSTEINER	RIO DO SUL
7151	RICARDO PINHEIRO	RIO DO SUL
7218	NABOR JOSE SCHMITZ	VIDAL RAMOS
7387	DOUCEL FRANCISCO DA SILVA	APIUNA
7806	MARCIONEI ZUCATELLI	RIO DO SUL
7803	AMANDA DUZZIONI ULIANO	CRICIUMA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 494, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 10 de fevereiro de 2015.

Gab. Dep. Luiz Fernando Cardoso

Matrícula	Nome
3252	ARNALDO FERREIRA DOS SANTOS JR
4795	RODRIGO DE SOUZA COMIN
4861	MARILDA ANTUNES DA CRUZ SOUZA
6578	CAMILA MORTARI
7057	JOSIANE MONTIBELLER
7766	ANDERSON ROSSI
7771	FILIPPE MACHADO CASAGRANDE

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 495, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR NERI ANTONIO DEMETRIO, matrícula nº 3126, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Mario Marcondes - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 496, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JUCELIA BICHESKI STOCK para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Mario Marcondes - Mafra).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 497, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ALEIN CASMIERCHCKI TIBINCOSKI FERNANDES DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cleiton Salvaro).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 498, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ANTONIO GABRIEL MACHADO NETO, matrícula nº 4779, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-93, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cleiton Salvaro).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 499, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR REJANE VARELA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cleiton Salvaro).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 500, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CARLOS AUGUSTO HARGER para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cleiton Salvaro).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 501, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR NABIH HENRIQUE CHRAIM para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da

Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cleiton Salvaro).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 502, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR REGINA CELI DA RÉ para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cleiton Salvaro).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 503, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CLEBERSON FABIANO NICHELE para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cleiton Salvaro - Criciúma).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 504, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **JULIANE GRACIELE VON ZESCHAU**, matrícula nº 7540, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 505, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LAUDINO FRANÇA**, matrícula nº 6877, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 506, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **NELCI MARIA DALMOLIN FRITZ**, matrícula nº 5653, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 507, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **PATRICIA WESTPHAL MOJE GIACOMINI**, matrícula nº 6150, do cargo de Secretário Parlamentar, código **PL/GAB-01**, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 508, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MARIA DOS REMÉDIOS DE OLIVEIRA PAMPLONA, matrícula nº 7673, de PL/GAB-68 para o PL/GAB-70, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 509, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora FABIANA ELOISA DREGER, matrícula nº 6607, de PL/GAB-71 para o PL/GAB-77, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 510, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ERALDO NEVES, matrícula nº 6917, de PL/GAB-62 para o PL/GAB-75, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 511, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VAGNER CASAGRANDE para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Kennedy Nunes - Garuva).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 512, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **FERNANDO PEREIRA SILVEIRA**, matrícula nº 6663, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 513, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **SANDRO MARCIO ANDRADE DO HERVAL**, matrícula nº 4496, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 514, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DORIVAL FRITZEN VENDRAMINI DONDOSSOLA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Rodrigo Minotto - Criciúma).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 515, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR TAIANA FERNANDES XAVIER para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Rodrigo Minotto - Forquilha).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 516, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CARLOS MOHAMAD IBRAHIM para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Rodrigo Minotto - Criciúma).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 517, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CIBELE WALMOTT BORGES, matrícula nº 3157, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Gabriel Ribeiro).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 518, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR TEREZA VIERHELLER, matrícula nº 7289, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Gabriel Ribeiro - Joinville).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 519, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com fundamento no Ato da Mesa nº 002, de 23 de janeiro de 2015,*

Art. 1º Fica definida a data de 31 de março de 2015 como prazo final para os beneficiários do auxílio-saúde formalizarem sua adesão ao auxílio-saúde com direito a percepção dos valores comprovadamente pagos nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2015.

Art. 2º A partir do dia primeiro do mês de abril do corrente ano, o benefício do auxílio-saúde produzirá efeitos financeiros a contar da data de adesão.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 520, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 10 de fevereiro de 2015.

Gab. Dep. Patricio Destro

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7841	ANTONIO SIFUENTES	JOINVILLE
7842	VICTOR MATHEUS ULLER ANTUNES	SÃO FRANCISCO DO SUL
7845	VENICIO MONTEIRO TOMASI	BALNEÁRIO CAMBORIU

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 521, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 10 de fevereiro de 2015.

Gab Dep Valduga

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6708	SERGIO ROBERTO SCHEFFER	FLORIANÓPOLIS
7821	OSMAR MORETTI	CHAPECÓ

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 522, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **CARLOS JOSE MORTARI**, matrícula nº 2686, no Gabinete do Deputado Luiz Fernando Cardoso, a contar de 10 de fevereiro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 523, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Natalino Lázare **PAULO RUTIGLIANI BERRI**, matrícula nº 244.378-3-01, servidor do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Saúde, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 2970, de 20 de dezembro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 524, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SUSANA RIGO, matrícula nº 6575, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Neodi Saretta).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 525, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR NELSON WEBER para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valduga - São Miguel D'Oeste).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 526, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR EDMILSON VIANA MACHADO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Milton Scheffer - Balneário Gaivota).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 527, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR RODOLFO LUIZ POYER, matrícula nº 3421, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Fevereiro de 2015 (Liderança do PMDB - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 528, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR AMILTON DA SILVA, matrícula nº 5285, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cleiton Salvaro - Criciúma).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 529, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR IZAKSON FELIX para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cleiton Salvaro - Criciúma).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 530, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JULIANE GRACIELE VON ZESCHAU, matrícula nº 7540, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-44, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Fevereiro de 2015 (MD - 1ª Vice-Presidência - Ibirama).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 531, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LUCIMAR GONZATTO FRANCESCHINI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-79, Atividade Parlamentar Externa/Biométrico, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Fernando Coruja Agustini - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 532, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SCHEYLA MILITZER para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Leonel Pavan - Balneário Camboriú).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 533, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JOÃO LUIZ FRANCISCO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Leonel Pavan - Itapema).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 534, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LUCAS ACHUTTI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Leonel Pavan - Balneário Camboriú).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 535, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CASSIANA DALACORT para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Leonel Pavan - Chapecó).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 536, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ORIDES TELES VIEIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Leonel Pavan - Balneário Camboriú).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 537, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GLADISON COSTA DOS SANTOS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gabriel Ribeiro - Lages).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 538, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MURILO SOUZA ROSA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gabriel Ribeiro - São Joaquim).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 539, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013.

ART. 1º - DESIGNAR o servidor **CLAUDIO JOSÉ RAMOS COUTO**, matrícula nº 1399, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Assessoria Técnica- Administrativa - Laboratório de Conservação e Restauração Documental, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, AMILTON GONÇALVES, que se encontra em Licença Saúde por 105 (cento e cinco) dias, a contar de 17 de fevereiro de 2015 (DL - CD - Gerência do Centro de Memória).

ART. 2º - Por ter estabilizado Função de Confiança, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 540, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR a servidora **LISE HELENA VAUCHER PAIM**, matrícula nº 7180, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Chefia de Seção - Controle e Manutenção do Banco de Dados da Legislação, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ADELIA FERRARI CARDOSO, que se encontra em licença saúde por 90 (noventa) dias, a contar de 02 de fevereiro de 2015 (DL - Coordenadoria de Documentação).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 541, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da

Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013.

Art. 1º DESIGNAR o servidor **VICTOR INACIO KIST**, matrícula nº 1039, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica- Consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ZANY ESTAELEITE, que se encontra em licença para tratamento de saúde por mais sessenta dias, a contar de 28 de dezembro de 2014 (MD - Consultoria Legislativa).

ART. 2º - Por ter estabilizado Função de Confiança, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 542, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete da Presidência **MARISTELA PACHECO ALVES**, Analista da Receita Estadual, nível GESTOR-4-A, matrícula nº 216.403-5-01, servidor do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Fazenda, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 0010, de 02 de janeiro de 2012, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 543, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1812	CLEUSA BOTELHO	15	8/12/2014	0758/2015
2114	ELIZABETE OLINDA GUERRA	5	24/11/2014	0759/2015
4781	ROSANA MARICATO RIBEIRO	5	1º/12/2014	0760/2015
2051	ROSANE CHEREM DE ABREU	45	2/2/2015	0761/2015
3120	RUBEM CESAR FARAH	120	8/12/2014	0763/2015

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 544, de 9 de fevereiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
784	ZANY ESTAELEITE	60	28/12/2014	0762/2015
1426	THESSALIA MAY RODRIGUES	90	14/1/2015	0764/2015
1418	REJANE MARI PALUDO GUS CAMARGO	60	12/1/2015	0765/2015
6343	RAFAEL GHISI DUTRA	90	30/12/2014	0766/2015
1357	MARCIO LUIZ PAVAN	90	30/12/2014	0767/2015
1101	MARCIA GONZAGA DE OLIVEIRA	60	27/12/2014	0768/2015
1141	LAURA BRASCA	45	2/2/2015	0769/2015
1570	LENIR MARTINS ANDRADE LUZ	90	18/11/2014	0770/2015
1505	EDMILSON MATTOS	60	26/11/2014	0771/2015
1505	EDMILSON MATTOS	60	27/9/2014	0772/2015
2044	ADELIA FERRARI CARDOSO	90	2/2/2015	0773/2015
1448	AMILTON GONCALVES	120	2/2/2015	0774/2015

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***